

## RESULTADO DO QUESTIONÁRIO ENCAMINHADO AOS CONSELHEIROS DO CONAMA DEFINIÇÃO DAS 10 RESOLUÇÕES CUJA APLICAÇÃO SERÁ AVALIADA

Responderam ao questionário:

1. Márcio Antônio Teixeira Mazzaro - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
2. Gustavo Teixeira Lino - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
3. Marta Maria Marques Magalhães - Ministério dos Transportes
4. Miriam Medeiros da Silva - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
5. Weber de Avelar Silva – Secretaria Geral da Presidência da República
6. Maurício Andrés - ANA
7. Dione M Marinho Castro – FEEMA/RJ
8. Diretoria Técnica – IEMA
9. Sueli Passoni Tonini – IEMA/ES
10. Maria Gravina Ogata – SEMARH/BA
11. José Cláudio - Gov. Minas Gerais<sup>1</sup>
12. Sebastião Ney Vaz Júnior - ANAMMA
13. Maurício Boratto - ONG's da Região Sudeste
14. André Geraldo Soares - ONG's da Região Sul
15. Juan Carlos Carrasco Rueda – Comunidade tradicional
16. Leopoldo Garcia Brandão - CNC
17. Mauricio Otavio Mendonça Jorge - CNI
18. Maria Cristina Yuan – CNI
19. Patrícia Helena Gambogi Boson - CNI

Foram escolhidas as seguintes Resoluções:

	<b>Nº Resolução</b>	<b>Grupo</b>	<b>Caracterização</b>	<b>Nº votos</b>
1º	303/2002 e 302/2002	Áreas Protegidas	Parâmetros, definições e limites das APP's.	17
2º	357/2005	Qualidade da água	Classificação dos corpos d'água, seu enquadramento e estabelece condições e padrões de lançamento de efluentes da água.	16
3º	13/1990	Áreas Protegidas	Referentes às atividades desenvolvidas no entorno de UC's.	14
	237/1997	Licenciamento Ambiental	Procedimentos e critérios de licenciamento ambiental.	14
	369/2006	Áreas Protegidas	Define critério para intervenção em APP's.	14
4º	009/1987	Licenciamento Ambiental	Audiências públicas no licenciamento ambiental.	13
5º	371/2006	Áreas Protegidas	Define critério para cálculo, cobrança e aplicação da compensação ambiental.	12
6º	001/1986 e 011/1986	Licenciamento Ambiental	Critérios e diretrizes para AIA.	10
7º	267/2000	Produtos Perigosos	Proíbe o uso de gases que destruam a camada de ozônio	8
8º	003/1990	Controle da Poluição do Ar	Define padrões de qualidade do ar	7
	010/1988	Áreas Protegidas	Regulamentação das APA's	7
9º	009/1996	Biomás	Define Corredores Ecológicos	6
10º	18/1986 e 008/1993	Controle da Poluição do Ar	Define o programa de controle da poluição de ar por veículos automotores e os limites de emissão de poluentes	5
11º	001/1988	Licenciamento Ambiental	Cadastro Técnico Federal de atividades e instrumentos de defesa ambiental	4
	007/1987 e 009/1988	Produtos Perigosos	Regulamenta o uso do amianto	4
	279/2001	Licenciamento Ambiental	estabelece o licenciamento ambiental de PCH's	4

	<b>Nº Resolução</b>	<b>Grupo</b>	<b>Caracterização</b>	<b>Nº votos</b>
12º	11 ou 14/1984	Áreas Protegidas	Cria Áreas de Relevante Interesse Ecológico	3
	17/1989	Gestão de Espécies da Fauna e Flora	Destinação de produtos e subprodutos não comestíveis de animais silvestres apreendidos pelo IBAMA	3
	307/2002	Produtos Perigosos	Define a gestão de resíduos da construção civil	3
13º	273/2000 e 319/2002	Licenciamento Ambiental	Licenciamento de postos de combustíveis e serviços, e prevenção e controle da poluição	2
14º	20/1986	Qualidade da água	Dispõe sobre a classificação das águas doces, salobras e salinas do Território	1
	20/1994	Controle da Poluição Sonora	Estabelece o uso de Selo em eletrodomésticos que geram ruído	1
	258/99	Produtos Perigosos	Determinação das empresas fabricantes e as importadoras de pneumáticos ficam obrigadas a coleta e dar destinação final ambientalmente adequada aos pneus inservíveis.	1
	257/99	Produtos Perigosos	Obrigatoriedade de procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada para pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio	1
	292/02 + 22/1994	Resolução sugerida	Cria Comissão Permanente para cadastramento e recadastramento e estabelece procedimentos para a revisão geral do CNEA – Cadastro Nacional de	1
	293/01	Produtos Perigosos	Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo originados em portos organizados, instalações portuárias ou terminais, dutos, plataformas, bem como suas respectivas instalações de apoio, e orienta a	1
	300/2002 e 278/2001	Biomassas	Dispões contra corte e exploração de espécies ameaçadas de extinção da flora da	1
	335/2003	Licenciamento ambiental	Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental de Cemitérios.	1
	344/04	Resolução sugerida	Estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos mínimos para a avaliação do material a ser dragado em águas jurisdicionais brasileiras, e dá outras providências.	1
	348/04	Produtos Perigosos	Alteração da Resolução nº 307/2002, incluindo Amianto na classe de resíduos	1
	349/04	Licenciamento ambiental	Dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos ferroviários de pequeno potencial de impacto ambiental e a regularização dos empreendimentos em	1
	308/02	Licenciamento ambiental	Licenciamento Ambiental de sistemas de disposição final dos resíduos sólidos urbanos gerados em municípios de pequeno porte.	1
	279/01	Licenciamento ambiental	Estabelece procedimento para o licenciamento ambiental simplificado de empreendimento elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental.	1
	005/1993	Produtos Perigosos	Dispõe sobre o gerenciamento de Resíduos Sólidos gerados nos portos, terminais ferroviários e rodoviários.	1
	362/2005	Produtos Perigosos	define recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante	1
		<b>Total</b>		

**PROPOSTA DE RESOLUÇÕES A SEREM AVALIADAS**

	<b>N° Resolução</b>	<b>Grupo</b>	<b>Caracterização</b>	<b>N° votos</b>
1°	303/2002 - 302/2002 - 369/2006	Áreas Protegidas	Parâmetros, definições e limites das APP's. Define critério para intervenção em APP's.	31
2°	20/1986 - 357/2005	Qualidade da água	Dispõe sobre a classificação das águas doces, salobras e salinas do Território Nacional. Classificação dos corpos d'água, seu enquadramento e estabelece condições e padrões de lançamento de efluentes da água.	17
3°	13/1990	Áreas Protegidas	Referentes às atividades desenvolvidas no entorno de UC's.	14
4°	237/1997	Licenciamento Ambiental	Procedimentos e critérios de licenciamento ambiental.	14
5°	009/1987	Licenciamento Ambiental	Audiências públicas no licenciamento ambiental.	13
6°	371/2006	Áreas Protegidas	Define critério para cálculo, cobrança e aplicação da compensação ambiental.	12
7°	267/2000	Produtos Perigosos	Proíbe o uso de gases que destruam a camada de ozônio	8
8°	003/1990 - 18/1986 - 008/1993	Qualidade do ar	Define padrões de qualidade do ar (PRONAR). Define o programa de controle da poluição de ar por veículos automotores e os limites de emissão de poluentes (PROCONVE)	12
9°	010/1988	Áreas Protegidas	Regulamentação das APA's	7
10°	279/2001	Licenciamento Ambiental	estabelece o licenciamento ambiental de PCH's	4
11°	307/2002	Produtos Perigosos	Define a gestão de resíduos da construção civil	3

\* Deverá ser avaliada a pertinência de avaliação desta resolução em função de ter sido publicada recentemente.